

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*

MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

MARCOS SA CORRÊA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

Página Virada

A assinatura do acordo de reescalonamento da dívida externa brasileira com os bancos credores internacionais vira uma página no relacionamento do país com a comunidade financeira. A próxima consiste em lutar para que o relacionamento do Brasil com o Fundo Monetário e as instituições multilaterais saia dos padrões relativamente arcaicos que têm pautado o diálogo Norte-Sul.

Ninguém desconhece entre os países credores que o Brasil tem problemas internos gigantescos para realizar um ajuste capaz de conter o déficit público nos limites propostos nas discussões com os técnicos do FMI. A própria admissão da possibilidade de pedir um *waiver* (termo que se tem traduzido por perdão, mas na realidade significa protelar um compromisso) implica dificuldade de ajuste imediato.

É preciso que a comunidade internacional entenda as dimensões do problema brasileiro com a dívida externa, da mesma forma que os brasileiros voltaram a pautar seu relacionamento internacional com os credores sem querer virar a mesa e alargar o fosso político entre pobres e ricos. A América do Sul continua um terreno fértil para aventuras nesta direção, e é preciso que o Grupo dos Dez, em suas reuniões de Berlim, não ignore quanto é desastrosa a possibilidade do levantamento de muros entre nações, povos e regimes. Os europeus, na verdade, têm dentro de sua própria casa o exemplo da tragédia.

É alentador, nessas circunstâncias, que o discurso de Michel Camdessus, diretor gerente do FMI, tenha-se pautado por uma estratégia, em suas próprias palavras, "orientada para o crescimento". Afirma Camdessus que o Fundo está fazendo todo o possível para "dissipar mal-entendidos acerca da relação entre

as políticas de ajuste e as destinadas a aliviar a pobreza". Ou seja, é preciso que os países ricos entendam que não é possível cobrar das nações com elevadas dívidas externas uma estratégia de ajustamento que provoque a recessão, aumente o desemprego e torpedeie as democracias nascentes.

É muito fácil e cômodo para a burocracia internacional afirmar que o FMI só pode recomendar o corte nos déficits públicos, e que é questão interna decidir sobre quem deva recair o peso maior do ajuste. Não é, a partir do momento em que o Mercado Comum Europeu torna-se mais protecionista, ou as taxas de juros sobem no dia imediato aos acordos que reduziram os *spreads* nos empréstimos do Brasil.

O discurso do FMI continuará pobre enquanto não avançar na direção do problema real que é evitar a recessão nos países endividados, ainda quando estes estejam empenhados em políticas internas de cortes de gastos públicos ou em programas globais de austeridade. É preciso reconhecer que está faltando imaginação à burocracia internacional.

O discurso de todas as assembleias do Fundo e do Bird precisa parar de repetir o cansado estribilho retórico da necessidade de ajuste dos endividados, de coordenação das políticas dos ricos para evitar desordem cambial, com vazias promessas de crescimento. Houve um esgotamento que somente será superado na medida em que países como o Brasil ousarem inovar, sobretudo para transformar dívida em capital fixo e atrair investimentos novos em parcerias e *joint-ventures*. Este, aliás, é um caminho que está sendo apontado pelo Ministro da Fazenda, e cujas portas ficam mais abertas na medida em que se estabelece o entendimento com os bancos credores.